

**ESCOLA PROFISSIONAL
DE
DESENVOLVIMENTO RURAL
DE
SERPA**

Processo de recondução do Diretor

Período: 2013/2017

**Dec.Lei nº 75/2008 de 22 de abril
alterado pelo Dec.Lei nº 137/2012 de 2 de julho**

Luís Manuel de Matos Barradas

Serpa em 22 de Março de 2013

PROJETO DE INTERVENÇÃO

Nota Introdutória

O projeto de intervenção (PI) que agora se apresenta é apenas uma adaptação do PI que apresentei na altura em que me candidatei ao mandato que agora termina. E digo uma adaptação, porque entendo que os aspetos essenciais, quer ao nível dos contextos; quer ao nível do diagnóstico; quer ainda das ações a implementar, se mantêm atuais, carecendo apenas de ajustamentos, os quais farei referência neste documento.

PREÂMBULO

Num momento em que assistimos a uma alteração profunda das políticas públicas na área da Educação, nomeadamente:

- As alterações no Regime de autonomia e Gestão e Administração Escolar dos Estabelecimentos de Ensino Básico e Secundário da Rede Pública, onde se inclui a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa (Decreto Lei nº 137/2013 de 2 de julho);
- O alargamento da escolaridade obrigatória para os 18 anos (Lei nº 85/2009 de 27 de agosto);
- A profunda reestruturação da rede pública de estabelecimentos de ensino com a agregação de escolas e a criação de mega agrupamentos;
- A autonomia das escolas profissionais públicas relativamente ao processo de agregação referido;
- As indicações manifestadas pela Tutela relativamente ao futuro das escolas profissionais agrícolas e de desenvolvimento rural públicas, na perspetiva de um novo enquadramento, quer da rede, quer do seu objeto de atuação;

A que se associa um novo contexto económico, social e político em que:

- A agricultura e as atividades económicas a jusante desta vão ter um papel determinante;
- O novo quadro de referência 2014 a 2020 vai ser fundamental para uma nova abordagem na aplicação dos fundos comunitários, onde a formação profissional será um eixo fundamental;

E ainda toda a problemática da consolidação das contas públicas com uma maior exigência na utilização dos dinheiros públicos com impacto na redução do peso do Orçamento Geral do Estado no financiamento da escola e a redução e racionalização dos recursos humanos, determinam um desafio complexo para quem assumir a gestão da EPDRS nos próximos anos.

Consciente dos desafios e assumindo a responsabilidade que cabe a alguém com o percurso profissional que o Conselho Geral (CG) bem conhece, a recondução como Diretor da EPDRS será sempre considerado pessoalmente como o reconhecimento do trabalho realizado, mas é também um novo desafio pessoal, que se espera, possa corresponder às expectativas de toda a comunidade educativa.

OS CONTEXTOS

Introdução

Nos últimos quatro anos a EPDRS desenvolveu o seu Projeto Educativo (PE) de forma articulada com o ambiente económico e social, mas também com as políticas públicas na área da Educação e da Administração Pública.

As alterações que essas políticas têm vindo a impor, nomeadamente com o aumento da escolaridade obrigatória para os 18 anos e a criação de grandes unidades orgânicas na rede pública de ensino básico e secundário, trazem novos desafios à EPDRS e exigem desta novas abordagens, de forma a garantir um futuro sustentável à instituição.

No que respeita ao contexto territorial em que a escola se insere, as alterações que ocorreram neste período foram essencialmente a evolução negativa dos indicadores económicos e sociais e uma evolução positiva na área da produção agrícola por via do regadio.

Quanto ao contexto interno, nomeadamente nos **recursos humanos**, nas **ofertas formativas**, **públicos-alvo**, **resultados escolares** e **modelo de financiamento**, houve alterações que justificam uma abordagem mais fina.

Os Recursos Humanos

Considerando a situação que se coloca para o futuro em comparação com aquela que existia há quatro anos, temos a considerar dois aspetos essenciais:

1. Pessoal Docente

A este nível a situação é mais complexa, uma vez que as alterações no quadro normativo que se tem sucedido nos últimos anos, determinam uma mudança objetiva na gestão deste pessoal.

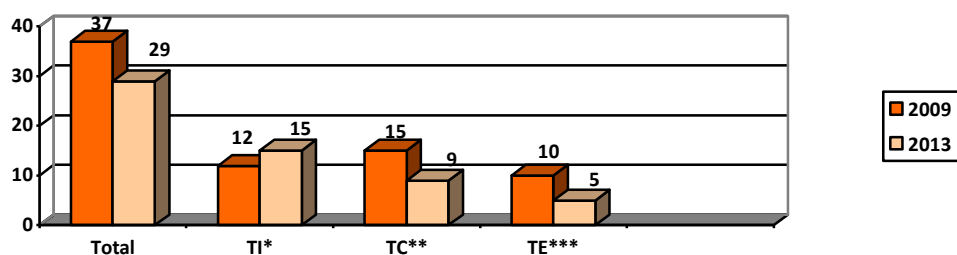
Importa no entanto ressaltar que, tal como aconteceu no caso do pessoal não docente, podemos resolver a situação contratual dos nossos docentes com contrato individual de trabalho a tempo indeterminado, o que foi um passo importante para a estabilidade do corpo docente.

Acresce o facto de podermos contar com o acréscimo de mais quatro docentes do quadro, embora com o senão de três deles terem optado por outras alternativas que a Lei lhe permitia, não estando neste momento ao serviço na escola. No entanto e salvo se houver alterações no quadro legal vigente, os quatro lugares de quadro são um importante reforço para a estabilidade do corpo docente.

O problema no futuro é saber como se garante essa estabilidade do pessoal do quadro, num contexto de grande flexibilidade que a escola tem de ter relativamente à sua oferta formativa e por força das mudanças que anualmente vêm a ser aplicadas ao nível do Estatuto da Carreira Docente e da organização do ano letivo.

É pois claro, que podemos estar em presença de um inevitável ajustamento do número de professores do quadro e um maior recurso a docentes contratados, principalmente técnicos especializados.

Corpo Docente



* Docentes do Quadro
** Contratados Grupo de docência
*** Técnicos Especializados

O que se verifica é uma efetiva redução do número de docentes para um universo de alunos que é sensivelmente o mesmo nas duas séries apresentadas (182 alunos em 2009 e 187 alunos em 2013).

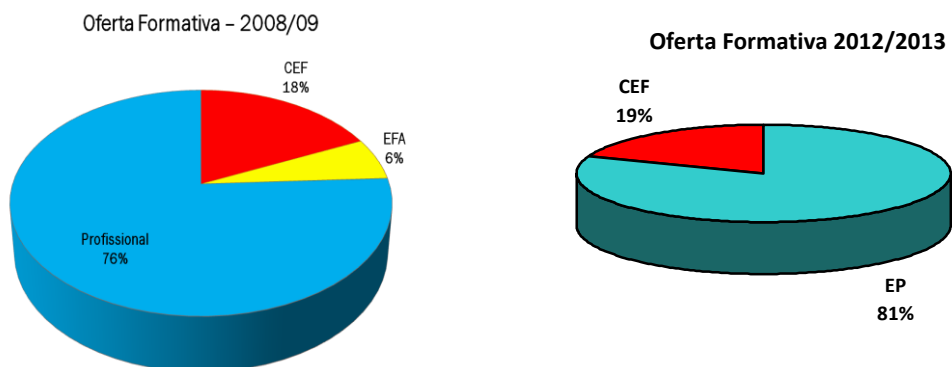
2. Pessoal não docente

A escola resolveu definitivamente o problema contratual que se arrastava desde o ano da sua criação (2000). Discutir-se-á se todos os problemas estão resolvidos. De facto, o que pode ser questionado neste momento (índices remuneratórios, progressão na carreira, etc.) não fazem parte das competências do diretor, mas antes dos decisores políticos, pelo que podemos considerar que existe uma situação de estabilidade do corpo não docente.

Poder-se-á também falar de algum desajustamento deste pessoal relativamente às necessidades da escola, mas considerando as fortes limitações que nos são impostas pela Administração e, bem assim, a necessidade (estratégica, diria eu, pensando no futuro) de manter uma estabilidade dos custos com pessoal que possa garantir, pelo menos, a manutenção do nível de participação do Orçamento Geral do Estado (OGE) no nosso orçamento global, temos que aceitar a situação como aceitável.

A Oferta Formativa

A EPDRS apresenta alguma diversidade de ofertas formativas, embora seja o ensino profissional aquele que está mais representado. Vejamos a realidade em 2008/2009 e 2012/2013:



Comparando a situação em 2013 com a de 2008, relativamente à oferta formativa, vimos que a opção dos Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) caiu, face à complexa gestão desta oferta (o regime pós-laboral e a carga horária exigida).

Quanto aos Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF) mantivemos os níveis de 2008, embora as dificuldades com a formação destes públicos se tenha vindo a acentuar por força de um contexto social, psicológico e comportamental mais exigente e para o qual a escola não tem os instrumentos adequados para dar uma resposta convincente.

Relativamente ao Ensino Profissional, a situação é estável. O curso Técnico de Produção Agrária tem vindo a reforçar-se, o curso de Técnico de Turismo Ambiental e rural tem alguma estabilidade e o Curso Técnico de Gestão Equina tem vindo a afirmar-se, particularmente neste ano letivo.

Importa no entanto nesta matéria, perspetivar o futuro e, particularmente as novas linhas de orientação estratégica que estão a ser definidas em sede da Administração Educativa e no novo quadro de referência par 2014-2020, relativamente à formação profissional.

É pois de considerar na definição da estratégia para os próximos anos, uma nova abordagem à oferta formativa que a EPDRS deve oferecer, dando corpo a um pensamento estratégico que vá de encontro às linhas de orientação atrás definidas.

As Especificidades da EPDRS

A existência de condições únicas na região quer de estruturas físicas quer de recursos humanos dá à escola uma dimensão regional e até nacional, em áreas como a agricultura, as agro-indústrias (azeite e queijo) e a construção civil tradicional, mas também com a nova atividade na área dos equinos com a existência do centro hípico de 3 estrelas, ou a futura instalação de 2 há de vinha que permitirão no futuro lançarmos uma marca de vinho e, finalmente, o regadio associado ao perímetro de rega de Serpa em que a Herdade da Bemposta está inserida.

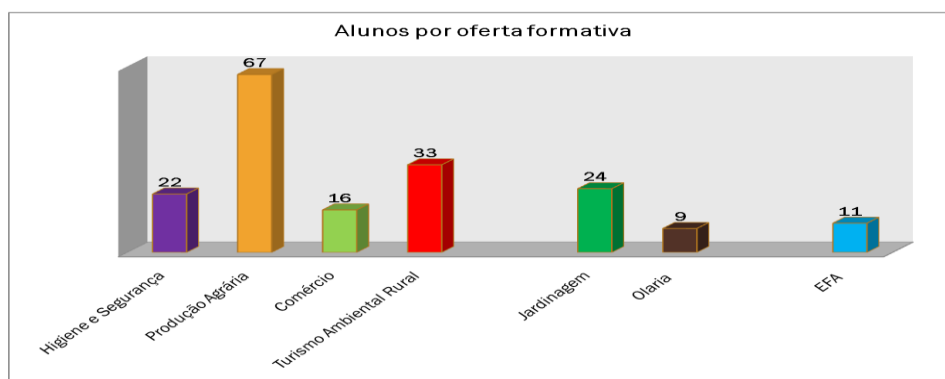
Esta é uma questão central para a projecção da escola, a que se associa uma cultura empresarial e de proximidade com a dinâmica pedagógica que a tornam um caso modelo.

A População Escolar

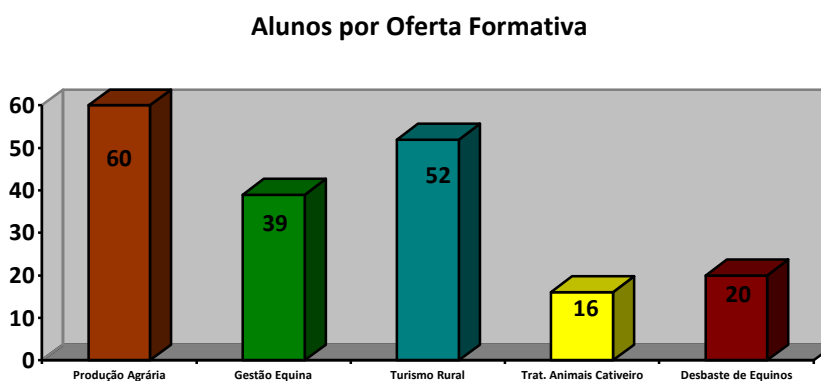
A este nível estamos em linha com as possibilidades que a escola apresenta, pois conseguimos este ano letivo atingir um máximo de alunos matriculados. A questão que se pode colocar é se podemos aumentar a nossa capacidade, uma vez que neste momento a escola está no limite da sua capacidade.

Na perspetiva de uma melhor compreensão da evolução da população escolar e da oferta formativa apresentamos alguns dados comparativos entre os anos letivos de 2008/2009 e 2012/2013.

A EPDRS em 2008/2009 tinha uma população escolar de 182 alunos, assim distribuídos:



Já em 2012/2013 houve algumas alterações:



Comparando a situação em 2013 com a de 2008, relativamente à oferta formativa, vimos que a opção dos Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) caiu, face à complexa gestão desta oferta (o regime pós-laboral e a carga horária exigida).

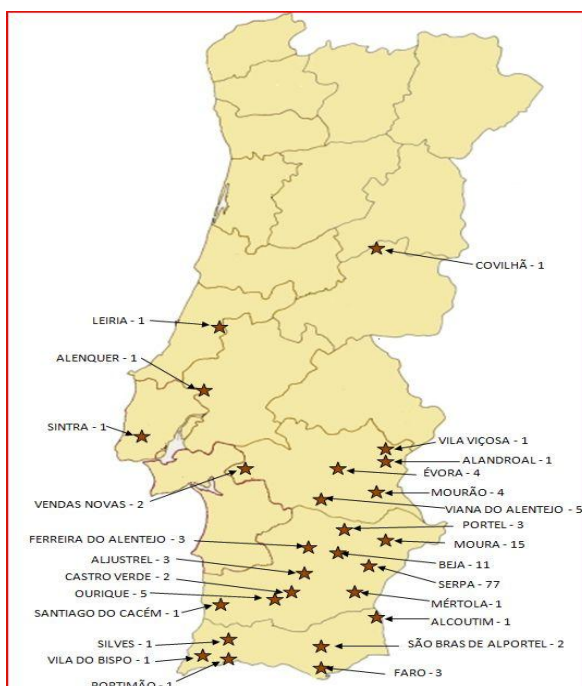
Quanto aos Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF) mantivemos os níveis de 2008, embora as dificuldades com a formação destes públicos se tenha vindo a acentuar por força de um contexto social, psicológico e comportamental mais exigente e para o qual a escola não tem os instrumentos adequados para dar uma resposta convincente.

Relativamente ao Ensino Profissional, a situação é estável. O curso Técnico de Produção Agrária tem vindo a reforçar-se, o curso de Técnico de Turismo Ambiental e rural tem alguma estabilidade e o Curso Técnico de Gestão Equina tem vindo a afirmar-se, particularmente neste ano letivo.

Importa no entanto nesta matéria, perspetivar o futuro e, particularmente as novas linhas de orientação estratégica que estão a ser definidas em sede da Administração Educativa e no novo quadro de referência par 2014-2020, relativamente à formação profissional.

É pois de considerar na definição da estratégia para os próximos anos, uma nova abordagem à oferta formativa que a EPDRS deve oferecer, dando corpo a um pensamento estratégico que vá de encontro às linhas de orientação atrás definidas.

Um outro aspeto relevante que convém salientar na contextualização da população escolar da EPDRS é a origem dos alunos relativamente à residência. Como se pode ver no quadro seguinte os alunos vêm de vários locais da região mas também de fora dela, o que reforça a dimensão regional e nacional da escola:



Esta análise pode ser relevante na definição de estratégias de desenvolvimento da oferta formativa para além da dimensão local e regional, podendo complementar-se com uma forte parceria entre a escola e a residência de estudantes do Ministério da Educação existente em Serpa, que já hoje é ocupada totalmente por alunos da EPDRS.

Quanto aos outros aspetos que caracterizam a nossa população escolar, eles não se alteraram substancialmente relativamente a 2009 pelo que se remete essa análise para os Relatórios de Auto-Avaliação Institucional que temos vindo a elaborar anualmente.

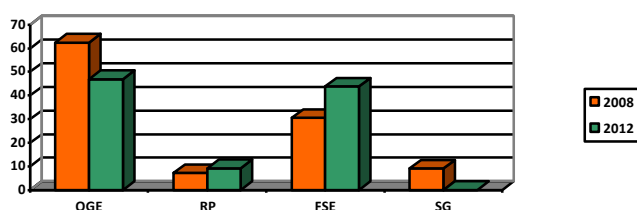
O Modelo de Financiamento

A Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa (EPDRS) enquanto escola da rede pública do Ministério da Educação, continua a reger-se, no que à organização financeira diz respeito, como qualquer outra instituição pública sem autonomia financeira.

Neste contexto, a EPDRS é financiada no âmbito do Orçamento Geral do Estado (OGE) e por receitas próprias através do Orçamento em Compensação em Receita (OCR) proveniente de diversas fontes como adiante se explica mais pormenorizadamente.

Do ponto de vista do Diretor e do modelo de gestão financeira que desenvolvemos, pode-se considerar que a EPDRS apresenta uma situação financeira estável. No entanto os constrangimentos conhecidos ao nível da redução da despesa pública por parte do Ministério da Educação e Ciência (MEC), e as alterações nos regulamentos específicos ao nível do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), principalmente na redução da contrapartida pública nacional (CPN) de 30% para 15%, vieram trazer novos problemas ao nível da gestão financeira, principalmente no que respeita à tesouraria.

A comparação entre o exercício de 2008 e 2012 dá-nos uma melhor perspetiva das alterações que têm vindo a suceder e que marcam uma nova abordagem da gestão financeira da escola no futuro:



O aspeto mais relevante é o da despesa assumida pelo Orçamento Geral do Estado que, comparativamente à situação existente em 2008, tem vindo a diminuir não cobrindo já uma parte significativa do pessoal permanente e a que acresce a não existência de qualquer comparticipação direta do Estado no funcionamento da escola.

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

Face à contextualização aqui efectuada, aos diagnósticos conhecidos sobre a realidade local e regional e pela informação de que dispomos internamente, nomeadamente ao nível dos relatórios de auto-avaliação institucional que elaboramos anualmente devemos ter em conta que:

- A população escolar que termina o 9º ano e que é potencial candidata a cursos profissionais é cada vez menor na região, com a agravante de haver uma oferta muito superior quer de vias profissionalizantes quer para prosseguimento de estudos;
- A escola está inserida numa região com pouca actividade económica, onde a agricultura ainda assume papel relevante mas que pode vir a ter um incremento e uma viragem estrutural no próprio emprego com a implementação do regadio;
- A escola tem condições físicas excepcionais, um know-how reconhecido em sectores de atividade ligados ao desenvolvimento rural que são estratégicos ao nível da região e uma capacidade financeira que lhe permite uma resposta eficaz às exigências de uma formação profissional de qualidade;
- A escola apresenta níveis elevados de qualidade e organização do processo pedagógico e do ensino-aprendizagem, e taxas de sucesso escolar, empregabilidade e de acesso ao ensino superior muito elevadas considerando a especificidade da população escolar.

Com estes pressupostos a orientação estratégica mais adequada é aquela que permita manter ou aumentar a população escolar, numa visão mais alargada do local para o regional ou até para o nacional, melhorar sistematicamente os indicadores de qualidade e garantir a participação de toda a comunidade escolar na vida da escola.

Em resumo:

Riscos	Oportunidades	Orientação Estratégica
<ul style="list-style-type: none">▪ Fortes restrições em termos de população escolar em formação inicial com o 9º ano de escolaridade na região.▪ Muita oferta de ensino profissional na região.▪ Economia pouco diversificada com um sector primário ainda relevante.▪ População escolar com especificidades.▪ Alterações nas políticas públicas no setor da educação e formação profissional.	<ul style="list-style-type: none">▪ Dinamização do sector secundário e terciário da economia da região.▪ Desenvolvimento da agricultura de regadio e do turismo associados ao EFMA.▪ Novas ofertas formativas para diferentes públicos-alvo.▪ Uma escola com taxas elevadas de sucesso escolar e profissional.▪ Uma cultura de escola muito próxima da realidade empresarial com forte valorização dos contextos de trabalho.▪ Uma capacidade técnica e física elevadas para os padrões de exigência nos sectores de actividade associados ao desenvolvimento rural. <p>Uma autonomia orçamental da escola relativamente ao OGE.</p>	<ul style="list-style-type: none">▪ Diversificação da oferta formativa e do tipo de cursos, com centralidade no ensino profissional▪ Promoção de uma imagem forte da escola como Centro de Desenvolvimento Rural de âmbito regional e inter regional.▪ Envolvimento de todos os actores no processo educativo e no fortalecimento da cultura de escola profissional.

PLANO DE INTERVENÇÃO

Definição

Não se tratando de uma candidatura, o processo de recondução no cargo de Diretor deve seguir os mesmos pressupostos do previsto no regulamento para a eleição do director da EPDRS e no nº 3 do artº 6º da Portaria nº 604/2008 de 9 de Julho. Pretende-se, assim, propor um conjunto de intervenções que resultam da análise efectuada aos contextos atrás abordados.

Este plano explicita-se por um conjunto de intervenções para o período do mandato de Director que emanam das orientações estratégicas atrás definidas.

Áreas de Intervenção Estratégica

- 1. Formas de potenciar o empenho dos alunos no seu sucesso escolar, tendo em conta questões de ordem física e organizacional.*
- 2. Motivação, optimização e aproveitamento dos recursos humanos, docentes e não docentes, disponíveis na instituição.*
- 3. Agilização de processos de comunicação e promoção da gestão participativa.*
- 4. Envolvimento e participação dos Pais/Encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos e na dinâmica da escola, bem como a promoção da relação entre a escola e a comunidade envolvente.*
- 5. Orientação nas decisões sobre as ofertas formativas a disponibilizar na escola.*
- 6. Monitorização e avaliação internas, com vista à melhoria dos resultados da escola.*
- 7. Prevenção de comportamentos ilícitos (roubos, consumo de drogas/álcool, violência, etc.).*

Projeto de Intervenção

1ª Área de Intervenção

Formas de potenciar o empenho dos alunos no seu sucesso escolar, tendo em conta as questões de ordem física e organizacional e outras consideradas relevantes.

Objectivos Específicos	Actividades/Estratégias	Anos lectivos			
		13/14	14/15	15/16	16/17
<ul style="list-style-type: none"> Promover junto dos docentes e dos responsáveis intermédios pela gestão pedagógica uma cultura pedagógica mais baseada no processo 	<ul style="list-style-type: none"> Realização de acções de formação para os docentes nas áreas dos métodos e técnicas de ensino e em trabalho de projecto. Reforço do papel dos directores de curso na organização e gestão pedagógica. 	X	X	X	X
<ul style="list-style-type: none"> Dar visibilidade aos produtos elaborados pelos alunos nas suas actividades, junto da comunidade e em particular junto dos pais/encarregados de educação 	<ul style="list-style-type: none"> Exposições dos materiais produzidos pelos alunos Visitas guiadas à escola Publicações Alojamento de informação em páginas Web 	X	X	X	X
<ul style="list-style-type: none"> Permitir aos alunos a participação activa nas actividades profissionais associadas ao perfil cursos Permitir aos professores a aplicação de metodologias activas na sua actividade pedagógica 	<ul style="list-style-type: none"> Apoio à Comissão de Horários na organização dos horários das turmas e dos docentes através de: <ul style="list-style-type: none"> Espaço físico próprio; Equipamento informático adequado; Meios de comunicação próprios. 	X	X	X	X
<ul style="list-style-type: none"> Reforçar as condições físicas e técnicas associadas às necessidades da formação 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação do edifício escolar Ampliar as instalações do Centro Hípico. Aquisição de equipamentos específicos ligados ao regadio (pivot) Aquisição de um tractor com carregador frontal e um colhedor de azeitona Aquisição de um efetivo ovino de raça merino preto Reequipar o laboratório de microbiologia Reforçar o fundo documental da biblioteca escolar 	X X X X X	X X X X	X X	X X

Projeto de Intervenção

2ª Área de Intervenção

Motivação, optimização e aproveitamento das potencialidades dos recursos humanos, docentes e não docentes, disponíveis na instituição

Objectivos Específicos	Actividades/Estratégias	Anos lectivos			
		13/14	14/15	15/16	16/17
• Responder às necessidades de formação do pessoal docente e não docente	<ul style="list-style-type: none">• Identificação das necessidades de formação• Apresentação junto do CFAE MG de um plano de formação anual• Parceria com a APEPA, no âmbito do protocolo desta com o CF de Basto, para desenvolvimento de um plano de formação para os docentes do Grupo 560	x	x	x	x
• Contribuir para o melhor desempenho dos docentes	<ul style="list-style-type: none">• Distribuição do serviço docente nas áreas tecnológicas que vá de encontro à experiência e formação técnica do docente• Gestão dos horários mais próxima das necessidades apresentadas pelos docentes relativamente à prática pedagógica	x	x	x	x
• Potenciar as capacidades dos recursos humanos da escola	<ul style="list-style-type: none">• Criação de equipas de projecto com docentes e não docentes para os seguintes sectores:<ul style="list-style-type: none">○ Exploração Agrícola○ Lagar○ Queijaria○ Sala de Indústrias○ Centro Hípico	x	x	x	x
• Melhorar as condições de trabalho do pessoal docente e não docente	<ul style="list-style-type: none">• Renovação do mobiliário das salas de professores• Instalação de mais computadores e periféricos para os professores• Renovação do mobiliário dos serviços administrativos• Organização de um espaço para serviço do pessoal não docente	x x x x	x x	x	

3ª Área de Intervenção

Agilização de processos de comunicação e promoção de gestão participativa

Objectivos Específicos	Actividades/Estratégias	Anos lectivos			
		13/14	14/15	15/16	16/17
• Aumentar a rapidez da comunicação	• Ao nível do pessoal docente: <ul style="list-style-type: none">○ Aproveitamento da plataforma INTRANET existente na escola○ Fazer a comunicação preferencialmente por mail para os docentes e para os titulares de cargos docentes	X	X	X	X
	• Ao nível dos alunos <ul style="list-style-type: none">○ Instalação de um ecrã junto ao bar com transmissão de informação relevante para os alunos○ Disponibilização permanente de informação no site da escola	X			
		X	X	X	X
• Promover a participação activa dos diferentes membros da comunidade educativa nas decisões	• Criação de um tempo de discussão pública sobre temas estruturantes da vida da escola	X	X	X	X
	• Estabelecimento de uma comunicação permanente entre o director e os delegados de turma com realização de reuniões periódicas	X	X	X	X

4ª Área de Intervenção

Envolvimento e participação dos Pais/Encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos e na dinâmica da escola, bem como a promoção da relação entre a escola e a comunidade envolvente.

Objectivos Específicos	Actividades/Estratégias	Anos lectivos			
		13/14	14/15	15/16	16/17
<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar aos pais/encarregados de educação informação permanente e actualizada sobre o seu educando 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso preferencial do EE aos dados do seu educando através do GIAE via INTERNET 	X	X	X	X
<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar os processos de informação por parte dos directores de turma junto dos pais/encarregados de educação 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização das CNLE para reforço da actividade dos DT's • Promoção da vídeo-conferência com os EE que estejam interessados • Instalação de equipamento informático específico para os DT's 	X X X	X X	X X	X X
<ul style="list-style-type: none"> • Dinamizar iniciativas de abertura da escola à comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Organização de visitas guiadas para diversos públicos: <ul style="list-style-type: none"> ○ Alunos do 1º ciclo e pré-escolar ○ Pais e encarregados de educação ○ Empresas e organismos públicos • Conjugação das visitas com a organização de jornadas temáticas associadas às actividades da escola. 	X X	X X	X X	X X
<ul style="list-style-type: none"> • Fazer da escola um instrumento de apoio ao desenvolvimento local 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização do espaço escolar para iniciativas da comunidade: <ul style="list-style-type: none"> ○ Seminários, ○ Reuniões de órgãos sociais, ○ Demonstrações de produtos e serviços 	X	X	X	X

5ª Área de Intervenção

Linhas de Orientação para as decisões sobre as ofertas formativas a disponibilizar na escola.

Objectivos Específicos	Actividades/Estratégias	Anos lectivos			
		13/14	14/15	15/16	16/17
<ul style="list-style-type: none"> • Manter ou aumentar o número de alunos do ensino profissional 	<ul style="list-style-type: none"> • No âmbito da Equipa de Auto-Avaliação prevista no Projeto Educativo: <ul style="list-style-type: none"> ○ Proceder à avaliação anual das tendências da procura de formações por parte dos empregadores; ○ Monitorização do percurso dos diplomados; ○ Produção de relatórios sobre empregabilidade dos cursos. • Os documentos produzidos pelo Observatório são elementos fundamentais para a reflexão a fazer anualmente em sede do Conselho Pedagógico. • Respeito pela experiência e especificidade da EPDRS na escolha dos cursos profissionais a oferecer. 	x	x	x	x
		x	x	x	x
		x	x	x	x
<ul style="list-style-type: none"> • Responder às necessidades de formação dos activos 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um grupo de trabalho para a formação de activos para: <ul style="list-style-type: none"> ○ Avaliar o interesse das diferentes ofertas de formação a que a escola pode aceder e as respectivas fontes de financiamento; ○ Desenvolver projectos de candidatura a apresentar aos programas específicos inventariados; ○ Organizar processos de divulgação dessa formação junto dos potenciais interessados. 	x	x	x	x
<ul style="list-style-type: none"> • Manter ou aumentar outras ofertas formativas de formação inicial 	<ul style="list-style-type: none"> • Protocolar com Instituições de Ensino Superior o desenvolvimento de cursos de especialização tecnológica (CET) de nível IV ligados a áreas especializadas no âmbito do desenvolvimento rural (regadio, olivicultura, equinicultura, construção em terra, ambiente, etc.). 	x	x	x	x

Projeto de Intervenção

6ª Área de Intervenção

Monitorização e avaliação internas, com vista à melhoria dos resultados da escola.

Objectivos Específicos	Actividades/Estratégias	Anos lectivos			
		13/14	14/15	15/16	16/17
• Conhecer a realidade da escola a partir do exterior	• Candidatura à Avaliação Externa prevista na Lei nº 31/2002 de 20 de Dezembro	x			
• Promover uma cultura de melhoria continuada da escola	• Apoiar a atividade da equipa de auto-avaliação • Certificação da auto-avaliação (continuação do processo da CAF)	x	x	x x	x
• Desenvolver a autonomia da escola	• Propor ao Ministério da Educação um contrato de autonomia em conformidade com o Decreto-Lei nº 75/2008 de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei nº137/2012 de 2 de julho				x

7ª Área de Intervenção

Prevenção de comportamentos ilícitos (roubos, consumo de drogas/álcool, violência, etc.).

Objectivos Específicos	Actividades/Estratégias	Anos lectivos			
		13/14	14/15	15/16	16/17
<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar a população escolar para os riscos de comportamentos ilícitos ou de risco 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de actividades de sensibilização no âmbito dos departamentos curriculares e dos serviços de psicologia e orientação, sobre: <ul style="list-style-type: none"> ○ Droga e tóxico-dependência; ○ Álcool e tabaco; ○ Comportamentos de risco e sexualidade. 	X	X	X	X
	<ul style="list-style-type: none"> • Responsabilização dos diferentes actores, relativamente ao cumprimento/incumprimento das disposições legais em matéria de consumo de substâncias ilícitas e actos de violência ou roubo. 	X	X	X	X
<ul style="list-style-type: none"> • Promover uma cultura de respeito e autoridade na escola 	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização do pessoal docente e não docente para uma relação de proximidade com os alunos, principalmente na prevenção de actos considerados ilícitos ou de risco 	X	X	X	X
	<ul style="list-style-type: none"> • Proximidade e co-responsabilização das autoridades policiais e judiciais com a escola 	X	X	X	X
	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia de aplicação eficaz da lei sempre que se esteja perante actos ilícitos 	X	X	X	X
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a vigilância dos espaços escolares 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoraria dos circuitos internos de vigilância através de: <ul style="list-style-type: none"> ○ Sensibilização do pessoal docente e não docente; ○ Reforço das medidas de segurança ao nível da vigilância dos espaços exteriores por parte do pessoal não docente; ○ Controlo de entradas e saídas do espaço escolar. 	X	X	X	X
		X	X	X	X
		X			
		X	X	X	X

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um projecto de intervenção para quatro anos, num contexto tão complexo em que se enquadra a EPDRS, encontrará certamente muitos contratemplos durante a sua execução. Muitos desses problemas poderão não ser da responsabilidade de quem dirige a escola, mas quem o assume, tem de ter uma atitude de grande responsabilidade, independência, sentido de serviço público e coragem na acção.

Também se exige o envolvimento de toda a comunidade educativa nesse desiderato, criando-se condições para uma participação activa de todos na vida da escola.

Só assim se poderá consolidar o Projecto Educativo da EPDRS que, pelas suas especificidades e até, pelas próprias limitações do seu estatuto jurídico no que respeita à capacidade de intervenção na área educativa, tem de procurar sistematicamente novos caminhos e manter uma atitude de exigência perante os desafios.

Serpa nem 22 de Março de 2013

Luís Manuel de Matos Barradas